

As conspirações, sejam de âmbito governamental, sejam de âmbito oposicionista, jamais serão descobertas, em toda a sua plenitude, nos debates públicos. A minha experiência de 1937 assim o comprova. Ninguém virá dizer, nesta Câmara, que conspira ou pretende conspirar. Evidentemente, realizaremos uma reunião em que ouviremos a palavra do Sr. Ministro da Justiça, o qual, com sua brilhante inteligência saberá esclarecer esta Casa a respeito daquilo que lhe convém esclarecer. Entretanto, entendendo que no momento o que está em jogo é o pundonor do Congresso Nacional, e, assim não podemos deixar de apoiar todas as medidas propostas à Casa no sentido de preservar a dignidade do Poder Legislativo. *(Muito bem)*.

O Congresso Nacional tem sido a vítima permanente, o bode expiatório de todas as acusações injustas que se fazem a respeito das crises pelas quais atravessamos. É preciso, porém, criar na consciência do povo brasileiro a convicção de que, ainda mesmo que os Senadores e Deputados nada fizessem, a sua presença representa a garantia mais segura das liberdades públicas *(muito bem)* e de que se existe liberdade no País para criticar qualquer dos três Poderes, é porque há o Congresso Nacional com sua tribuna.

Nestas condições, meu Partido apóia, aprova e aplaude todas as medidas aqui tomadas em defesa do pundonor da nossa Casa. *(Muito bem. Palmas)*.

O SR. MIGUEL BAHURY *(Para encaminhar a votação)* * — Sr. Presidente desejo apenas prestar um esclarecimento. Quando requeri também a esta Casa a convocação do Ilustre Governador do Estado da Guanabara, fi-lo na convicção de que S. Exa. antes do Ministro Pedroso Horta, deveria também dar informações. Ao meu primeiro requerimento dei a forma

que julguei regimental para podermos, pelo menos, enviar a Sua Excelência um convite.

Tenho a impressão de que a Casa se perde em divagações, porque não é esta a oportunidade para serem feitas acusações a quem quer que seja. Nós nos constituiremos, segundo se pretende, num tribunal e não há tribunal que possa prejulgar. Antes de tudo, devemos ouvir as partes para depois exarar a nossa decisão. *(Muito bem; muito bem)*.

O SR. MILTON REIS *(Para encaminhar a votação)* * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegou a hora das firmes atitudes. Sente-se que, de fato, atentam contra o regime democrático. Não se sabe se é um balão que estão soltando para aferir da vitalidade do Poder Legislativo.

Se a nossa Constituição determina expressamente que atentado contra o regime é crime de responsabilidade, ou o Senhor Presidente da República ou o Senhor Governador Carlos Lacerda incidiu em crime de responsabilidade.

É hora de a Câmara comandar. Se não o fizer, se permitir, durante uma, duas, três semanas o custo dos boatos, que ocorrerá? A pouco e pouco anestesiado, o povo se acostumará com a idéia do golpe, que amanhã, de fato, poderá ser desferido. É necessário que a Câmara chame a si o comando da situação. Há crime de responsabilidade, dentro do qual terá de ser enquadrado ou o Sr. Presidente da República, que pretende, através do seu Ministro da Justiça, dar o golpe, ou o Sr. Governador do Estado da Guanabara, que, chefiando outra corrente da opinião pública, queira de fato, atentar contra a ordem constituída. Por isso repito: os nobres Líderes, os Srs. Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, os que a dirigem estão no dever de tomar as medidas necessárias para apurar os fatos e, em

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.

seguida, o Poder Legislativo, dentro do que lhe é possível fazer, capitular aquele que está tentando contra o regime democrático.

Esta, Senhor Presidente, a nossa opinião. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. JOSÉ JOFFILY (*Para uma questão de ordem*) * — Senhor Presidente estão na Casa cerca de 200 Deputados. Suponho que cada um fale meia hora, serão necessárias mais de 100 horas, o que correponde a quase 6 dias. Assim, até terminar essa oratória, teremos perdido tempo precioso.

Indago, pois de Vossa Excelência se, já havendo pronunciamento dos líderes, há necessidade de outras manifestações dessa oratória sem fim. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — Não se trata propriamente de uma questão de ordem, mas, indiretamente, de uma sugestão ao plenário para economia de tempo.

A Mesa, obediente ao Regimento, não pode deixar de facultar a palavra aos Srs. Deputados que a pedirem, na forma do artigo 104 e na proporção estabelecida, a qual está sendo rigorosamente atendida.

O SR. JOSÉ JOFFILY — Obrigado a Vossa Excelência Senhor Presidente.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (*Para uma questão de ordem*) — Senhor Presidente, pediria a Vossa Excelência, se possível, desse preferência ao pronunciamento das lideranças que ainda não falaram: (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) — O encaminhamento de votação não pode distinguir as atribuições que os Senhores Deputados possam ter no plenário. Assim, mediante o pedido da palavra e atendida a proporção do Regimento, devemos assegurá-la aos nobres Deputados.

* Não foi revisto pelo orador.

Dou a palavra ao nobre Deputado Aurelio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, para nós, socialistas, está em jogo, neste momento, uma instituição importantíssima, a instituição parlamentar. Para nós também, os debates que se ferem giram em torno de uma ideologia, de um princípio ideológico, o mais alto, e mais importante, o mais profundo — o princípio ideológico à base da democracia.

Sr. Presidente, não estamos num pretório. Isto não é um tribunal. Desejamos apurar os fatos para uma conclusão. Não somos janistas e muito menos lacerdistas. Recusamo-nos a dividir o País em duas áreas: a área Lacerda e a área Jânio.

Houve uma denúncia proferida por um cidadão, investido de funções relevantes, do qual temos discordado muitas vezes, bastantes vezes, mas que vem merecendo a confiança, inclusive da maioria do seu Partido, nesta Casa e fora dela. Ainda na semana que passou, ouvimos de figuras proeminentes do seu Partido a sua defesa, louvando-lhe o caráter, louvando-lhe a dignidade, louvando-lhe a combatividade, louvando-lhe a honestidade.

Ora, Sr. Presidente, esse homem faz uma denúncia. É o Governador de um Estado. Compete-nos apurar a denúncia feita e julgar, aí sim, à base das apurações, quem realmente está atentando contra o regime, contra as instituições democráticas.

O nosso Partido dá pelo apoio a quaisquer iniciativas tomadas pela Câmara no sentido de denunciar à Nação, depois das apurações feitas, aqueles que vêm conspirando, atentando contra as instituições democráticas, sejam os membros do governo, tendo à frente o Sr. Jânio

* Não foi revisto pelo orador.